

Congresso quer substituir IPC

O Congresso Nacional vai estabelecer, ainda este ano, uma metodologia permanente para cálculo da inflação. Para isto, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio está debatendo projeto de lei, elaborado pelo ex-ministro do Planejamento, deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP), que concede poderes ao Legislativo para mudar o indexador oficial da inflação, passando de Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para Índice Nacional de Preços (INP).

O relator da Comissão e autor do anteprojeto, Delfim Netto, defende que a metodologia de cálculo da inflação a ser decidida pelo Congresso deve ser "intocável" por parte do Executivo, porque as mudanças, como as realizadas pelo Governo Sarney, perturbam a economia. O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Charles Müller, disse, durante debate na Comissão de Economia, que as mudanças nos índices e na metodologia prejudicam o trabalhador.

O Artigo 4º do anteprojeto veda "qualquer alteração na metodologia e nos procedimentos de cálculo do INP sem prévia apreciação da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara". O projeto prevê, ainda, a ampliação das faixas de renda dos trabalhadores pesquisada atualmente, passando de um a cinco salários mínimos para um a oito salários mínimos, tendo como referência o mínimo de outubro de 1987.

A nova metodologia mantém o IBGE como órgão oficial para coleta e cálculo da inflação, e o novo indexador (Índice Nacional de Preços, INP) seria empregado, pela proposta de Delfim Netto, sempre que leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais determinem a correção monetária de salários e outros estipêndios, do valor de ativos, contratos e de outros valores.